



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA  
REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2020

**Ata n.º 41**

Aos catorze dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de sete de Maio, sendo a Mesa composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**PONTO UM**: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

**PONTO DOIS**: Apreciação e deliberação das atas de 16-12-2019, 29-01-2020 e 17-02-2020;-----

**PONTO TRÊS**: Tomada de conhecimento da integração do Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira no Conselho Municipal de Saúde, conforme disposto na alínea b), do ponto 1, do art.º 9.º, do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de Janeiro; -----

**PONTO QUATRO**: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das freguesias do município, para integrar na composição do Conselho Municipal de Saúde, conforme disposto na alínea c), do ponto 1, do art.º 9º, Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de Janeiro;-----

**PONTO CINCO**: Designação de um representante da Assembleia Municipal de Albufeira para integrar no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve I Central, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 31º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro; -----

**PONTO SEIS**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2019; -----

**PONTO SETE**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos documentos de Prestação de Contas do município, respeitantes ao ano de 2019, incluindo a proposta de aplicação de resultados; -----

**PONTO OITO**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão - Alteração Modificada das Grandes Opções do Plano 2020-2023; -----

**PONTO NOVE**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão - Alteração Modificada do Orçamento para o ano de 2020; -----

**PONTO DEZ**: Apreciação e deliberação, sob proposta da Vice-Presidente, da autorização de repartição de encargos prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia - Regime Geral - ao abrigo

do disposto na alínea c) do n.º 1, do artigo 20.º e artigos 112 a 127 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e suas alterações, para "Fornecimento de Formação Certificada em SBV-DAE, para os Operacionais do Programa de Desfibrilhação Automática Externa (PDAE) de Albufeira", pelo preço base de 33.000,00€, isento de IVA; -----

**PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Vereador Rogério Neto, da autorização de repartição de encargos prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços de Televisão, Internet e Telefone", pelo preço base de 4.200,00€ + IVA; ----

**PONTO DOZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Vereador Rogério Neto, da autorização de repartição de encargos prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços de Assistência Técnica e Manutenção do Sistema Kapture", com o preço base de 99.000,00€ + IVA;-----

**PONTO TREZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Vereador Rogério Neto, da autorização de repartição de encargos prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição do Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem (SIGA)", com o preço base de 23.260,44€ + IVA;-----

**PONTO CATORZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de encargos prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca MAN e Gruas da Marca Palfinger, Incluindo Serviços de Reparação e Manutenção", até ao limite de 60.000,00€ + IVA;---

**PONTO QUINZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de encargos prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca Renault, Incluindo Serviços de Reparação e Manutenção", até ao limite de 79.200,00€ + IVA;-----

**PONTO DEZASSEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1-ª alteração ao Mapa de Pessoal, conforme previsto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;-----

**PONTO DEZASSETE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, no âmbito da alínea q) do nº1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro da proposta de desvio de caminho público, na ilha da madeira, Freguesia da Guia;-----

**PONTO DEZOITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Execução da Empreitada de



Remodelação e Ampliação da Rede de Águas Residuais e Pluviais da Zona Norte de Paderne - Fase 1";-----

**PONTO DEZANOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Execução da Empreitada de Ampliação do Reservatório da Mosqueira, Incluindo Conduitas Adutoras de Interligação ao Sistema Existente";-----

**PONTO VINTE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea i) do número 1 do artigo 25 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, referente à "Proposta - Exercício do Direito de Preferência sobre o imóvel sito na Rua Vasco Santana - Edifício Vila Magna - Montechoro, Lojas 29, 15, 46, 47, 56, 84, 90, 91, 92, 93, 37, 32, 34, 36, 39, 27, 26, 24 e Direito de Preferência sobre o imóvel sito na Rua Vasco Santana - Edifício Vila Magna - Montechoro, inscrito na matriz predial com o n.º 8-Fracção A ", pelo valor total de 1.767.600,00€;-----

**PONTO VINTE E UM:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Proposta Relacionada com o Projeto "Via Algarviana" - Pelos Caminhos do Património - da Associação Almargem - Aviso 004/INLOCO/10216/2020 do PDR 2020;-----

**PONTO VINTE E DOIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea h) do número 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta do "Plano de Pormenor do Roja-Pé Sul, para os fins previstos no n.º 1 do artigo 90.º do RJIGT" - RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Dec. Lei n. 80/2015, de 14 de Maio;-----

**PONTO VINTE E TRÊS:** Apreciação e deliberação da recomendação apresentada pelo BE, intitulada "Acesso a produtos de higiene íntima feminina nas escolas do concelho de Albufeira";-----

**PRESENCAS:** Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Raquel Carolina Madail Pinto Reis (suplente PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD),



Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - Miguel Coelho. -----

**Faltas:** Pedro Coelho e José Manuel Sequeira. -----

**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Raquel Reis e Rui Bernardo.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. - Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

Presidente da Assembleia: " Boa tarde, bem-vindos a esta Assembleia Covid dois mil e dezanove, dois mil e vinte. Vamos todos obviamente respeitar as regras que penso que são conhecidas, a questão da higienização das mãos, o uso da máscara e as intervenções terão que ser feitas de pé, junto do microfone e utilizar a máscara. Eu sei que é desconfortável mas teremos que cumprir estas regras. Antes de entrarmos na ordem do dia temos dois períodos, o período antes da ordem do dia, intervenção do público que recebemos uma intervenção por email e como tal passava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara". -----

Presidente da Câmara: " Boa tarde a todos. Recebemos aqui um pedido de respostas para algumas perguntas, eu vou ler as perguntas e depois dou a resposta. A não ser que alguém queira ler a pergunta". -----

Presidente da Assembleia: "Senhor Presidente se quiser eu posso ler a pergunta e identificando também o munícipe, Ricardo Jorge Almeida das Neves. Eu lia a pergunta e o Senhor Presidente depois tomava a palavra. A primeira: "Qual o motivo por que o programa "Responder" já não está a apoiar os residentes em Albufeira. Famílias algumas com crianças com fome, apenas porque não tem a listagem de documentos por vocês solicitada? Os que tem documentos como subsídio de desemprego ou rendimento



*de inserção social tem alguma coisa os outros são famílias que não têm nada, não tem documentos mas têm FOME. Nem a CMA nem a "Casa" nem nenhuma IPSS...quando se trata destas situações deveria estar interessada em burocracias e mais discriminação e xenofobia são puníveis...não podem fechar os olhos e fingirem que não sabem que dezenas de pedidos de brasileiros aqui residentes foram negados." Esta é a primeira Senhor Presidente".-----*

Presidente da Câmara: "Uma vez que esta e a terceira são de índole, esta é de índole social, tem a ver com a parte que diz respeito ao funcionamento da Ação Social e a terceira questão, penso eu dos recursos humanos. Relativamente à primeira eu iria sugerir que a senhora Vice-Presidente como tem o pelouro da Ação Social esclarecesse ou entenda o que entender por esclarecimento sobre esta questão".-----

Presidente da Assembleia: Senhor Presidente, então a terceira será também a Senhora Vice-Presidente a responder. Será isso?-----

Presidente da Câmara: "Há partida, uma parte eu responderei e a outra parte será a Senhora Vice- Presidente".-----

Presidente da Assembleia: " Então se não houvesse objeção da sua parte eu lia também já a terceira pergunta e depois cada um tomaria o seu ponto. Terceira pergunta: "Em Janeiro passado estive reunido com o Senhor Presidente da autarquia e entreguei duas denúncias sobre a utilização de verbas públicas mais concretamente de subsídios de apoio ao arrendamento a proprietários. E a entrada de pessoas para a Autarquia a quem tinha sido prometido nas últimas eleições autárquicas "não vás na lista A que durante este mandato vens trabalhar para a Autarquia." "Ou melhor ainda deixa estar que eu vou dar uma chamada para encaminhar já a tua entrada".-----

Vice-Presidente: "Boa tarde a todos. Relativamente à primeira questão não é muito perceptível a forma como está escrita mas eu acho que consigo responder. Quando entrámos em Estado de Emergência a Ação Social e o Executivo percebeu de imediato que iríamos ter problemas graves ao nível das dificuldades económicas e de subsistência de vários agregados familiares do Concelho, porque todos sabemos que durante a época baixa o desemprego aumenta e estávamos a chegar à fase em que as pessoas iriam começar a trabalhar o que não veio a acontecer tendo em conta o confinamento obrigatório. Nesse sentido e sabendo que existe uma grande carga burocrática em tudo o que é Administração Pública, fizemos um protocolo com a Associação AHSA que demos o nome de "RESPOSTA JÁ", no sentido de criar uma verba que foi de quarenta mil euros, com protocolo com a duração de um mês, com a possibilidade de ser renovado por períodos idênticos e que cujo objetivo era o



fornecimento de cabazes alimentares, de pagamento de fatura de farmácia, pagamento da fatura da água, da luz e do gás. Esse protocolo foi assinado, começamos de imediato a receber sinalizações tanto através do email geral da Câmara como da Ação Social e bem como da linha de emergência que estava a ser atendida pela Proteção Civil. Todos os encaminhamentos foram feitos para a Ação Social que no âmbito do protocolo fazia e faz a aferição das necessidades dos agregados familiares em que são seguidas as regras regulamentares sendo que, através de um despacho do Senhor Presidente, essas regras foram alteradas excecionalmente em dois pontos que achámos fundamentais. A permanência do agregado familiar no Concelho ou no âmbito da regulamentação tinha que ser mínimo de um ano e que excluimos essa necessidade e o rendimento familiar ser de sessenta por cento do salário mínimo e aumentamos para oitenta por cento, no sentido de conseguirmos abranger o maior número de agregados familiares. Até ao momento a "RESPOSTA JÁ", até à semana passada tinha abrangido cerca de trezentos agregados familiares numa ordem de mais de setecentas pessoas em que a verba já está quase consumida. Estamos a preparar para fazer protocolos com mais IPSS`S do Concelho, no sentido de prover essa ajuda para o próximo trimestre e possivelmente extensível pelo menos até ao fim do ano. Se sendo, como é óbvio, que nós temos famílias que tinham acabado de chegar a Portugal e que nem sequer documento válido de permanência no território nacional têm, e a partir desse momento obviamente que é muito difícil uma entidade pública poder prestar oficialmente ajuda direta a um agregado familiar nessas circunstâncias. Para esses agregados familiares aquilo que se faz é um encaminhamento para as IPSS`S que têm uma outra abertura do ponto de vista legal em que é fornecido um cabaz de emergência e ajuda a nível de higiene pessoal, principalmente para as crianças, muitas delas pequenas e ainda usam fraldas sendo encaminhados para a Santa Casa da Misericórdia ou Casa, Cruz Vermelha e o Centro Paroquial de Paderne têm sido as entidades que disponibilizado essa ajuda suplementar porque toda elas já assistiam agregados familiares e passaram a ter mais estes que nós não conseguimos incluir no âmbito da "RESPOSTA JÁ" mas que precisam de resposta. O Senhor Ricardo já me tinha feito chegar essa queixa, eu já lhe pedi por várias vezes que ele me indicasse o nome das pessoas a quem se refere de forma privada para não expor as pessoas de modo a que a Ação Social possa verificar o que é que aconteceu. Até ao dia de hoje não recebi qualquer informação do nome de nenhum dos agregados familiares, portanto fica difícil dizer porque é que essas pessoas poderão ter sido excluídas do apoio. Relativamente ao terceiro ponto, o apoio ao arrendamento é regulamentado, existe uma comissão de habitação que faz a aprovação dos processos que são primeiro analisados pelos Técnicos da Ação Social, depois vai para a Comissão de Habitação onde estou eu presente, está um grupo de Técnicos e estão todos os Presidente de



Junta de Freguesia. Por isso eu penso que em consciência que todos os apoios que foram dados foi porque tiveram visto positivo da análise técnica. Não vou por aqui em causa obviamente aquilo que é a análise dos nossos técnicos, até porque, pelas palavras do senhor Ricardo não se consegue compreender ao que é que ele se está a referir. Relativamente aos concursos públicos, pois é tal e qual como o nome indica, são concursos públicos, as pessoas inscrevem-se, passam por três fases de procedimento. A prova escrita, a prova psicológica que é feita por entidade externa e por último a entrevista pessoal, são todas eliminatórias, o júri regra geral é constituído por mim e por duas chefias da Unidade Orgânica para onde o concurso foi aberto, por isso sempre que há uma reclamação o júri analisa. Eu também gostaria de saber quais são os casos que o Senhor Ricardo se refere de modo a poder responder de uma forma mais concreta. De resto não tenho mais nada a acrescentar".-Presidente da Câmara: "Como é óbvio, está aí uma parte onde o Senhor diz que teve uma reunião comigo. Reunião comigo onde teceu alguns comentários relativamente àquilo que achava por bem comentar. Manifestei-lhe intensão que só aceitaria denúncias através de uma forma escrita, não sei, não me lembro se ele depois apresentou a denúncia por escrito. Mas de qualquer das maneiras conforme a Vice-Presidente disse é bom que escreva e que diga o nome das pessoas que estão em incumprimento ou a quem se atribuiu algum subsídio ou algum apoio sem ser legal. Depois tem a parte da questão do pessoal que não faço a mínima ideia o que é que são essas transcrições de comentários, não sei minimamente responder a isso. Era só".-----

Presidente da Assembleia: "A segunda questão: "Para quando as conclusões da ligação à Via do Infante e ao centro da cidade".-----

Presidente da Câmara: "Ao centro da cidade não é bem, é aquela variante ali em Vale Paraíso que não está aberta, ainda não está terminado. Tive há três meses talvez com dois técnicos da Câmara em Almada nas Infraestruturas de Portugal onde reuni com o Diretor Geral e mais dois técnicos, portanto aquilo é uma situação que está neste momento e estava-se à espera que chegasse rapidamente ao fim, não sei agora com esta situação não sei se chegou, está neste momento em termos de justiça, em tribunal. Porque houve a rescisão do contrato com o empreiteiro na altura que estava a desenvolver esta obra e não sei se mais alguma, estava a aguardar essa decisão do tribunal, essa sentença para depois se ver o que se poderá fazer. Ficaram de nos informar quando isso acontecesse e estaria por pouco, por enquanto ainda não nos chegou nada, mas agora com esta situação também se imagina. Sobre esta questão é só".-----

Presidente da Assembleia: "Passamos à quarta então: "Referente ao parque dos Olhos de Água gostaria de saber se já pertence à autarquia e se sim porque se encontra



*encerrado e se a autarquia o vai explorar ou só vai investir nele para depois o entregar a mais uma outra empresa privada".-----*

Presidente da Câmara: "Está fechado, está a fazer a reavaliação daquilo que já foi determinado, fazer a avaliação daquilo que está para melhorar e para colocar operacional. Não há tempo para pintar agora mas dentro de pouco tempo estará aberto ao serviço das pessoas. Evidentemente que é a Câmara que vai explorar, ainda que se possa vir a ser através de alguém que se coloque lá. Tem que ser sempre alguém que se coloque lá para fazer o seu acompanhamento. É só".-----

Presidente da Assembleia: "Quinta pergunta: "Saber se a autarquia antes de distribuir espaços públicos e apoios monetários se identifica. Qual? E o registo contributivo desses grupos".-----

Presidente da Câmara: "Não sei bem o que é isto, mas enfim, espera-se que seja, quem atribui espaços públicos e pecuniários a pessoas coletivas legalizadas. Claro, com certeza que sim, evidentemente. Isto é uma pergunta que não sei é, o que significa. Tem sido todos os apoios dados aqui a alguma entidade, essa entidade tem de estar devidamente legalizada e ter até as contas em dia com a Segurança Social e com a Fazenda Pública. Portanto é isso tem de acontecer necessariamente."-----

Presidente da Assembleia: "Sexta pergunta: "Para quando a solução do problema com a instituição que recolhe Sangue em Albufeira para haver um local provisório ou mesmo definitivo para essa causa".-----

Presidente da Câmara: "Esta Associação "ADSA - Associação de Dadores de Sangue de Albufeira" até constituída por pelo menos dois funcionários aqui do Município, que tínhamos umas instalações que era o Parque Lúdico para fazer esta recolha, numa determinada altura chegaram à conclusão que não tinha grandes condições, porque também coabitava lá com os serviços da câmara e tinham de estar sempre a desfazer, desmontar, digamos os seus apetrechos. E então a partir desse momento temos andado à procura de um espaço para que isso possa acontecer e penso que dentro de pouco tempo é capaz de haver aí alguma novidade. Tem de ser um espaço rés-do-chão, um espaço relativamente amplo uma vez que precisa de espaço para pôr as macas, para pôr aquelas situações. É preciso uma loja relativamente com alguma dimensão".-----

Presidente da Assembleia: " Sétima pergunta: "Há um espaço que diz "sede provisória" e que foi cedido e que está ao abandono da Delegação de Fuzileiros. Esse espaço é da autarquia?-----

Presidente da Câmara: "Não, esse espaço não é da Autarquia. Se é a mesma coisa que estou a pensar, isto não é nada identificador. O espaço abandonando da Delegação de





Fuzileiros, deduzo, que é onde funciona uma Associação que é a "Escola Amizade". Não é da Autarquia, é da Marinha Portuguesa. Portanto daí, não há nada a fazer. E acho que não está ao abandono, penso eu." -----

Presidente da Assembleia: "Oitava pergunta: "Para quando o início da obra referente ao Centro de Formação em Segurança Marítima? A placa já lá tem uns dois anos em Paderne". -----

Presidente da Câmara: "Portanto isto é aquela obra que está para se fazer na Faceal. Está em trabalhos neste momento, trabalhos interiores, segundo dizem, que eu por acaso não fui lá, na casa de receção para se fazer a parte administrativa e para se fazer salas de formação, para se iniciar formação. Perspetiva da Martrein que iniciará essa formação falou em três meses, diria até final do verão, setembro penso eu estará em condições de iniciar alguma formação para depois continuar o resto das obras. É aquilo que sei e também sei que até ao fim do mês vai haver uma Assembleia Geral, e que me convidaram para estar presente na Assembleia Geral, nessa altura saberei mais pormenores, muito mais pormenores". -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Deputados, isto não é fácil falar é mais difícil agora a expressão. Eu venho aqui colocar numa questão que tem a ver e, Senhor Presidente em particular, com a situação ali de Ferreiras e da Guia, ou seja a delimitação das Freguesias. É um assunto que já tem sido debatido várias vezes e que pelos vistos pela informação que temos lá de cima da Direção Geral do Território haveria a necessidade da Câmara Municipal enviar uma planta devidamente corrigida, porque o lapso parece que terá acontecido por alguma razão a planta que teria sido enviada há alguns anos é esta que esta na Direção Geral do Território, para eles têm-na como boa mas que não corresponde àquilo que foi aprovado pelo Diário da República. Portanto nesse sentido trazer aqui outra vez a questão porque nós vamos ter os Censos no final deste ano, próximo ano e na eventualidade de não termos isto resolvido teremos de estar mais quatro ou cinco anos a aguardar esta situação relativamente à questão da delimitação das freguesias. E para já era esta a questão". -----



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa tarde Senhores Presidentes, Senhores Deputados e Vereadores do Município de Albufeira e Técnicos. O assunto que me trás aqui, para entregar dois abaixo-assinados que me entregaram na Junta para entregar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, portanto foi entregue e tenho aqui para vos entregar. Já foram enviados esses abaixo-assinados, um para a Direção Geral de Saúde e outro aqui para o Município de Albufeira. Um dos abaixo-assinados tem a ver com o Centro de Saúde de Ferreiras que não tem médicos, isto foi entregue nos últimos dias antes de aparecer o nosso Covid-19. O Centro de Saúde já estava a ficar com problemas de médicos e então houve um abaixo-assinado que pediram para entregar ao Senhor Presidente aqui da Assembleia, portanto eu reencaminhei esse abaixo-assinado para o Município de Albufeira que também tinham solicitado e mandamos para a Direção Geral de Saúde de Faro. Depois também tenho outro abaixo-assinado que tem a ver com a Rua do Norte que também já foi reencaminhado aqui para o Município de Albufeira, tem a ver com a requalificação daquela estrada, portanto como já disse, já reencaminhei o abaixo-assinado aqui para o Município de Albufeira, portanto tenho aqui para entregar ao Senhor Presidente. Uma vez que estou aqui e também recebi hoje por email um ofício do Município de Albufeira que também tem a ver com este assunto que foi acabado de tratar aqui pelo Deputado Francisco Oliveira e tem a ver com as limitações da Freguesia e tem a ver com um ofício que eu tinha solicitado ao Município de Albufeira. Para já, que não está corrigido na Direção Geral do Território não está o mapa correto, nós já sabemos, há já vários anos que isto acontece. E é assim, tem-se vindo a agravar as situações nestas zonas, passou a ser uma zona praticamente de ninguém, as pessoas estão recenseadas nas Ferreiras, aquilo no mapa está como seja Guia, as pessoas vêm entregar aqui, vão à Junta de Freguesia de Ferreiras pedir os tais atestados para entregar na Câmara com os edifícios, chegam aqui a Câmara não os aceita porque diz que aquilo não tem a ver com Ferreiras, tem a ver com a Guia. Isto é uma situação que não estava a acontecer nos outros anos, isto está assim há muito tempo, mas é assim a Câmara sempre aceitou aquele território como sendo Ferreiras. E a minha questão é a seguinte; lá por estar mal na Direção Geral do Território não vamos fazer um copy paste ou não vamos fazer uma informação de um mapa que está mal feito onde o próprio Município sempre conheceu aquele terreno como Ferreiras e ambas as Freguesias sempre reconheceram aquilo como Ferreiras, portanto acho que não tem muita lógica. O assunto foi também



tratado aqui na Assembleia Municipal já por várias vezes, também trago aqui os documentos para entregar ao Senhor Presidente da Assembleia e para saber se o Senhor Presidente da Assembleia também tem mais algum conhecimento ou algum esclarecimento que nos possa dar sobre este assunto, uma vez que isto tem sido tratado na Assembleia, não é. Era só estas duas questões; agora já que estou aqui aproveito e faço mais três questões ao Senhor Presidente da Câmara, que é sobre as obras que já vêm desde dois mil e dezassete e dois mil e dezoito agendadas para Ferreiras, nós já as votamos também aqui na Assembleia Municipal e era para saber o ponto da situação que ainda não vejo lá essas obras ainda concluídas. As obras são: o cemitério como toda a gente sabe até já tivemos aqui a apresentação pública da aprovação do projeto. Depois temos a Biblioteca Municipal que eu penso que a Câmara está a apoiar um arrendamento de uma loja que também não está a ser ainda explorada e já estamos a falar de um assunto de dois mil e dezoito se calhar ou dois mil e dezanove, o ano passado em dois mil e dezanove tratamos este assunto aqui também. Depois estamos a falar, já agora fazia outra questão já que estou aqui, que é sobre a sede da Junta de Freguesia de Ferreiras que também foi aqui falado que ia ser adquirido um terreno que iria fazer uma sede nova, também já tem alguma ideia para esse terreno, para aquisição desse terreno? E era só por agora, obrigado". -----

Adriano Ferrão: "Muito boa tarde à mesa e aos excelentíssimos membros da Assembleia aqui presentes, não sei se me estou a fazer ouvir, é um bocadinho estranho. É o seguinte, eu queria fazer aqui um pedido de voto de louvor ao Executivo, à Câmara Municipal de Albufeira, a todas aquelas Associações e Entidades que se têm manifestado no terreno e a todos os Municípios que na aceitação do seu confinamento também contribuíram para aquilo que nós temos hoje como realidade. O Município de Albufeira em sintonia com o Algarve tem manifestado um conjunto de iniciativas em diversos capítulos que todos podemos até agora testemunhar e de algum modo ajudaram a evitar o prejuízo sanitário e as dificuldades das populações no domínio social e económico. Não vou aqui estender, penso que é do conhecimento geral, tem sido exposto por vários sítios e por isso é do conhecimento da população. Saudar e louvar todos aqueles que tiveram um papel ativo na luta contra esta pandemia em qualquer das Instituições e Entidades que concretizam a sua tarefa na defesa da saúde da população e dos Albufeirenses em particular. Queremos também congratular todos os homens e mulheres que pondo as suas próprias vidas em risco e a sua própria



saúde que têm mantido os serviços essenciais ativos a bem de todos, de outra maneira tinha sido tudo muito mais penoso e seria extenso enumerar todas essas entidades que todos nós também conhecemos. Eu iria com certeza falhar alguma delas e não o quero fazer porque a lista é grande e, porque muitas destas entidades, estou a falar de Associações, que se revelaram bastante e que mereciam agora ser nomeadas por mim, mas eu não preparei esse documento e não consigo fazer essa listagem sem me esquecer de alguém e por isso não o faço. Mas não deixo de relevar o seu papel, contudo também queremos estender este louvor a todos aqueles que realmente observaram as medidas e são esses os munícipes, que observaram durante largos dias, algumas semanas essas medidas de confinamento que não foram fáceis, não foram fáceis para muitos nós e nós sabemos disso e que hoje realmente permitem os resultados prometedores que o Algarve apresenta. E não posso então deixar de louvar os munícipes, as Entidades, as Associações e o Executivo em particular". -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à questão da Direção Geral do Território, versus Câmara Municipal, tendo em conta o assunto falado pelo Deputado Senhor Francisco Oliveira, está aqui o Senhor Diretor Eduardo Viegas eu iria pedir para ele esclarecer este ponto". -----

Diretor de Departamento - Eduardo Viegas: "Boa noite. No âmbito deste assunto recebemos nos serviços a partir da Direção Geral do Território a delimitação administrativa que foi aprovada e o trabalho que está a ser feito neste momento é do ponto de vista técnico. O que nos pedem é uma vectorização com rigor geográfico, digamos assim, deste limite. Isto implica verificação de marcos no terreno e é um trabalho com alguma complexidade mas está a ser trabalhado nos serviços para responder ao que foi solicitado com a maior brevidade possível. Quanto à atualização, suponho que do Geoportal os elementos que nós temos no Geoportal do Município são a Carta Administrativa Oficial de Portugal que é produzida pela Direção Geral do Território como sendo os limites administrativos válidos e em vigor. É o que posso esclarecer". -----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Presidente da Junta, o abaixo-assinado será legítimo com certeza, relativamente ao Centro de Saúde das Ferreiras mas é bom saber e todos sabemos com certeza que a responsabilidade de colocação de médicos no Centro de Saúde não cabe às Autarquias, nem provavelmente, penso, que nunca irá caber. Pertence ao Ministério da Saúde



através da Administração Regional de Saúde - ARS. Portanto, nessa parte o abaixo-assinado entregue aqui terá que ser reencaminhado para o Serviço da ARS. Relativamente às questões que levantou sobre o cemitério, o cemitério já tem o projeto penso que terminado ou está praticamente terminado, o que foi aqui apresentado foi o projeto, tem demorado realmente algum tempo, para depois se poder passar então à respetiva empreitada. Relativamente à loja da Biblioteca se não fosse esta situação de ocorreu agora até poderia acontecer que já estivesse qualquer coisa já em andamento, poderia não, foi feito o levantamento topográfico, está a ser feito o projeto só de interiores obviamente, aquilo é só interior, eventualmente fachada. Tudo dentro de pouco tempo estará, a Arquitecta Orlanda está a trabalhar nesse ponto. A Rua do Norte, a Rua do Norte vai estar em execução dentro de algum tempo, não vai demorar muito tempo. Aliás tenho pensado passar por lá segunda-feira provavelmente".-----

Presidente da Assembleia: "Também só em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras relativamente à questão do mapa, de referir que a Assembleia Municipal toma agora conhecimento destas comunicações e não obstante da deliberação ter sido da Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal ter um papel também na questão da delimitação das áreas das Juntas de Freguesia. Não obstante da operacionalização da informação pela Câmara Municipal com a Direção Geral do Território e portanto não recebemos qualquer comunicação por parte da Direção Geral do Território e todas as comunicações conforme aqui na documentação que junta que depois serão distribuídas a todos os Senhores Deputados, são exclusivamente feitas entre a Câmara Municipal e a Direção Geral do Território. Nós agora tomámos conhecimento efetivamente do que é que foi solicitado e em que termos o foi, bem como as comunicações, também aqui o ofício que foi remetido por parte da Câmara Municipal à Direção Regional do Território e à Junta de Freguesia de Ferreiras". ----- Foi apresentado um Voto de Louvor pela Bancada do PSD. -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, sem querer contestar o conteúdo do referido voto eu parece-me que este voto teria que vir na ordem de trabalhos, uma vez que estamos no período antes da Ordem do Dia e portanto para haver deliberação num voto sobre esta questão a mesma teria de ser devidamente agendada, isto é só uma questão meramente processual. De qualquer das maneiras é aqui que deixo, naturalmente como digo, relativamente à questão do conteúdo não está em causa mas



está efetivamente relativamente à questão. Se abrimos este precedente naturalmente todas as questões que possam vir a ser colocadas serão pontos a adicionar à ordem de trabalhos e no futuro isso permitirá que qualquer grupo parlamentar o possa fazer e possa introduzir aqui questões relativas a esta situação".-----

Presidente da Assembleia: "Senhor Deputado, não quero que a minha memória me atraíçoe no que quer que seja mas, não é momento único, não tenho aqui a certeza relativamente à questão dos votos de louvor mas foi admitido já algumas vezes assim como os minutos de silêncio antes da ordem do dia, sendo certo que são tão questões que são de urgência ou de importância momentânea que não se coadunem quer com a marcação das Assembleias numa próxima. São de momento aproximado e não estou em querer que seja, como lhe digo, um momento único, acho que já o fizemos até por conta de falecimento de determinadas pessoas alguns votos de louvor e minutos de silêncio e portanto, não sei, a Assembleia é soberana e da parte da mesa como estamos antes da Ordem do Dia o voto de louvor pode não ser admitido mas se for caso também podemos abrir a Ordem do Dia e proceder à votação da inclusão na ordem de trabalhos. Portanto é uma questão de procedimentos que os Senhores Deputados podem ter a palavra a dizer mas estou quase em querer que não será momento único a votação quer de louvor quer de minutos de silêncio antes da ordem do dia atento obviamente a importância da questão que nos é levantada".-----

Helena Simões: "Face à situação eu recordo que o artigo quarenta e três, alínea f, do nosso Regimento, prevê essa possibilidade no período antes da Ordem do Dia para os membros da Assembleia apresentar votos de louvor de congratulação, de saudação e pesar sobre assuntos de personalidades de especial relevo. Eu estou em querer que todas as pessoas, instituições, edilidades referidas pelo colega Adriano Ferrão são passíveis de receber este Louvor face à excecionalidade de situação que vivemos nos últimos tempos. E continuamos a viver daí estarmos todos aqui de máscara". -----

#### **VOTAÇÃO DO VOTO DE LOUVOR:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de



Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Voto de Louvor aprovado por unanimidade.-----

Presidente da Assembleia: "Eu agora também tomava a palavra e pedia um minuto de silêncio, não só por todas as vítimas, mas também obviamente umas diretas outras indiretas, certamente todos nós conhecemos alguém que tenha falecido neste período de maior complicação que nos muda de certa forma a vida, o modo de viver e até mesmo a forma como nos respeitamos uns aos outros. Perdemos muitas certezas, perdemos muitas coisas que tínhamos como certo ou se não houve propriamente uma perda mas houve uma mudança e há quem diga que tudo vai ficar bem mas há quem diga que nada será como dantes. Seja como for a vida é feita de mudanças constantes, há momentos em que saem do nosso controle e esta é a prova mais existente de que muitas vezes tantas certezas que nós temos e tantos ódios e tantos amores e tantas coisas pequeninas que perante um ser microscópico invisível consegue derrubar um Planeta. Não só derrubá-lo mas como também ajudá-lo, porque a camada de Ozono sofreu favoravelmente uma recuperação histórica mas não deixa de pesar numa vida, numa sociedade, numa economia, num mundo que nós conhecíamos de coisas tão certas e tão seguras que tínhamos mas que afinal demos conta que nada temos e que não comandamos nada. Por isso em nome de todas as vidas que se perderam, em nome de tudo o que nós não controlamos, eu pedia um minuto de silêncio em homenagem a todas estas pessoas".-----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, relativamente a esta questão e à questão da informação eu gostaria de solicitar ao Senhor Presidente se é que tem alguma



informação para nos dar, quanto ao assunto que neste momento se encontra com certeza, ou suspenso ou não havendo informação sobre ele, relativamente à investigação que a Câmara Municipal está a ser alvo por parte das Autoridades Policiais. Não vemos qualquer informação no documento que nos foi remetido e gostaríamos de ter pelo menos uma ideia até para nos tranquilizar e termos uma ideia precisa sobre essa situação. Este é um ponto e quanto à questão do outro ponto que gostaria também aqui de levantar é que verificamos pela informação do Senhor Presidente também que o valor que neste momento o Município tem é um valor sensivelmente idêntico àquele que da última vez nos foi remetido e que quer dizer de facto que o montante em causa se mantém apesar das despesas do Município demonstrativo depois naquilo que mais à frente falaremos no ponto correspondente da execução, ou da não execução, por parte deste Município relativamente àquilo que é o orçamento. E portanto são estas as duas questões, muito obrigado". -----  
Presidente da Câmara: " Relativamente às investigações ou início da investigação pelo menos até ao momento não sei de mais nada, só sei que foi baseado numa denúncia ou nalgumas denúncias feitas relativamente a procedimentos que se desconhece qual a razão. Quanto ao resto a Polícia Judiciária levou vários, alguns projetos de obras. Não sei exatamente qual a razão, mas normalmente pede, também pede de vez em quando, não sei qual é o fundamento. Relativamente aos fundamentos posso dizer isso, foi relativamente a questão por causa do edifício, da compra edifício do MFA afirmando que teria sido proposto à Câmara ou sugerido à Câmara a compra por um valor muito inferior àquele, que na realidade não aconteceu pelo menos comigo. Depois foi uma questão de uns subsídios atribuídos ao Futebol Clube de Ferreiras onde o denunciante afirmava que em quatro meses tinha recebido seiscentos mil euros, coisa que não condiz à verdade, porque em cinco anos recebeu seiscentos mil e portanto levaram essa documentação claro, foi aprovado na câmara, foi aquilo que levaram. Depois era uma questão de um cheque, de um cheque passado de mil seiscentos e quarenta, eu particularmente não tive absolutamente nada a ver com aquele cheque. Portanto isto foi passado a uma Associação de Patinagem de Albufeira, salvo erro o nome era esse e que segundo consta ainda não foi descontado. Se havia suspeita que alguém tivesse ficado com o dinheiro, ninguém ficou porque ele não foi descontado e é isso que eu sei. Quanto ao resto não houve mais evolução nenhuma, não sei mais nada. É só".-----





## PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 16-12-2019, 29-01-2020 e 17-02-2020; -----  
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

### **VOTAÇÃO DA ATA DE 16-12-2019:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros Maria Eugénia Baptista, Ana Cristina Oliveira, Vera Belchior, Raquel Reis e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, pelo que não votaram -----

### **VOTAÇÃO DA ATA DE 29-01-2020:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros João Silva, Helena Simões e Raquel Reis, pelo que não votaram -----

### **VOTAÇÃO DA ATA DE 17-02-2020:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Maria Eugénia Baptista, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----  
A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----  
Não esteve presente na referida sessão o membro Fernando Manuel Gregório, pelo que não votou -----

### PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento da integração do Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira no Conselho Municipal de Saúde, conforme disposto na alínea b), do ponto 1, do art.º 9.º, do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de Janeiro;-----  
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----  
Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

### PONTO QUATRO

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, em representação das freguesias do município, para integrar na composição do Conselho Municipal de Saúde, conforme disposto na alínea c), do ponto 1, do art.º 9º, Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de Janeiro; -----  
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----  
Tomaram o uso da palavra os membros: -----  
Francisco Oliveira: “É só para dar a indicação que o Grupo Parlamentar Socialista irá apresentar o Presidente de Junta - Dinis Nascimento para este efeito”. -----  
Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu início à votação da proposta, designada por lista A, por escrutínio secreto. -----  
**VOTAÇÃO:** -----  
Lista A: Quinze votos (15) -----  
Votos em Branco: Dez (10) -----  
Comunicados os resultados, o Presidente da Assembleia declarou eleito o Presidente de Junta de Freguesia da Guia, Dinis Nascimento, em representação das freguesias do Município, para integrar na composição do Conselho Municipal de Saúde. -----



## PONTO CINCO

Designação de um representante da Assembleia Municipal de Albufeira para integrar no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve I Central, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 31º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Vera Belchior: "Informar que gostaria de me propor como representante da Assembleia". -----

Francisco Oliveira: "Nós apresentaremos o Doutor Geraldês Simões, tendo em consideração que, pela leitura que fizemos da alínea b) do n.º 1 do artigo 31º do Decreto-Lei, não tem que ser necessariamente um membro da Assembleia. Às vezes a redação poderia levar a que se entendesse que tivesse que ser um membro da Assembleia, o que diz de facto o artigo e que diz esta alínea é que tem que ser um representante do Município designado pela Assembleia Municipal. E portanto sendo possível a indicação de um não membro desta Assembleia indicamos o nome; Doutor José Geraldês Simões. Muito Obrigado". -----

Vera Belchior: "Tendo em conta a informação do Doutor Francisco Oliveira, retiro a minha proposta". -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu início à votação da proposta, designada por lista A, por escrutínio secreto. -----

VOTAÇÃO: -----

Lista A: Quinze votos (15) -----

Votos em Branco: Nove (9) -----

Votos Nulos: um (1) -----

Comunicados os resultados, o Presidente da Assembleia declarou que foi designado o elemento Geraldês Simões como representante da Assembleia Municipal de Albufeira para integrar no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Algarve I Central. -----

## PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2019; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

#### PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos documentos de Prestação de Contas do município, respeitantes ao ano de 2019, incluindo a proposta de aplicação de resultados; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a este ponto entendemos que estamos a falar daquilo que é a execução orçamental do ano dois mil e dezanove. É entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que de facto, a sua execução orçamental ficou muito aquém. Posso deixar aqui alguns números, a execução orçamental dezanove manifesta uma taxa de cerca de catorze vírgula trinta e um por cento para uma taxa global de cinquenta e quatro por cento. Portanto, é demonstrativo da inexistência, da concretização de projetos e de planos que estavam devidamente orçamentados. Mas mais do que esta questão da gestão do próprio orçamento e dos recursos camarários, há aqui uma outra questão que na verdade, para além da questão política que tem a ver com a questão técnica, é que verifica-se uma desorçamentação de quase cerca de quatro milhões de euros, sobre a aquisição de bens relativos à água, atirando, inexplicavelmente, este valor para os GOP's, ferindo assim o rigor que se quer nos orçamentos. E portanto, não só a questão da nossa repreensão política, por assim dizer, mas também, a questão deste documento não ser tão transparente e o próprio orçamento não ser transparente como deveria. Ressalvo, estamos a falar da execução



de dois mil e dezanove, ainda antes desta pandemia, e portanto é por demais evidente que muitas das obras que estavam devidamente orçamentadas e que estavam colocadas, quer no Orçamento quer nas Grandes Opções do Plano não foram devidamente executadas. Por esse motivo, não nos resta outra solução que não votarmos contra este documento, em sintonia com aquilo que os vereadores do Partido Socialista fizeram também no executivo."-----

Adriano Ferrão: "Só queria perguntar a senhor deputado Francisco Oliveira, porque não percebi bem a linha da sua observação. Se estava a falar da execução ou da prestação das contas? Porque penso que este documento tem mais a ver com a prestação das contas e não com a execução da mesma. Fiquei sem ver isso muito claramente."-----

Helena Simões: "Eu padeço do mesmo mal que o companheiro Adriano, fiquei também na dúvida, até porque o documento diz respeito a contas, puras e duras, são questões matemáticas, são questões que os revisores oficiais de contas validam e creditam as contas, daí o porquê de não entender o voto contra, por questões políticas? Por questões políticas obviamente que cada partido aplica o programa e as questões políticas e as suas orientações. No entanto, corrija-me se estiver errada, eu desconheço, o documento é validado por um ROC, não é? É certificado? E por último, pergunto também se o votar contra, se inviabiliza o uso do resultado positivo que tem vindo a transitar e que coloca a braços, sempre a questão que andamos a transitar saldos positivos e não o podemos usar."-----

Francisco Oliveira: "Eu dividi a minha intervenção em duas vertentes. Criticando, efetivamente aquilo que é a execução do Orçamento e que na verdade se demonstra aqui ser uma execução muito reduzida, mas também e aí referi, pelo facto de haver uma desorçamentação e portanto, entendendo que o documento em si está errado ou estando errado não faz jus àquilo que devia estar no Orçamento. Portanto, há aqui uma situação de cariz contabilístico, em que um valor de cerca de quatro milhões de euros é atirado para os GOP's e portanto, esta questão técnica, por isso entendemos que, nem o Orçamento está com a devida transparência, nem depois as contas de gerência que podem refletir um Orçamento que não está na devida transparência. Portanto, é nesse sentido que entendemos, não só, volto mais uma vez a dizer, àquilo que é a nossa repreensão relativamente à forma como tem sido gerido o Orçamento, mas também à



forma como é apresentado e como se criam aqui algumas almofadas que muitas vezes não são transparentes e que não são evidentes para todos nós."-----

Presidente da Câmara: Evidentemente que é um facto e as contas de gerência representam sempre ou querem espelhar os factos que aconteceram, daí que não vejo essa pertinência no voto contra, não entendo, não percebo. De qualquer maneira, posso entender que possa haver críticas sobre o facto do grau de execução da despesa, porque a receita ultrapassou os cem por cento, mas o grau de execução de despesa fixou-se em cinquenta e quatro por cento, não foi setenta nem oitenta. Digo sempre, há variadíssimos anos nós tínhamos aqui graus de execução, neste município, trinta e tal, quarenta por cento, não é nada de muito anormal, embora obviamente que há obras que deveriam ser feitas, há investimentos que deveriam ser feitos. Normalmente as coisas não avançam tão rápido como possamos pensar, há questões que têm a ver com o Tribunal de Contas, tem a ver com momentos da obra, neste caso até teve a ver com alguns concursos que foram a concurso e ficaram desertos nas candidaturas. Um dos exemplos foi o Lar dos Olhos de Água, só aí são à volta de seis milhões de euros. Temos o caso do centro antigo de Albufeira, dois milhões de euros que também ficou deserto. Estas duas já dariam para dar seis milhões de euros a menos, não deram por uma razão. Evidentemente que não podemos condicionar nada disso, teve que se reabrir novo concurso, demora muito mais tempo, os prazos são bastante extensos, como sabem, é tudo muito moroso. Quando um orçamento é feito, um orçamento é uma questão de opções, é uma questão genuinamente política, porque no fundo, fazer política é optar, entre um modelo e outro modelo, umas prioridades e outras prioridades. As prioridades não serão as mesmas para pessoas diferentes, normalmente, se bem que o objetivo pode ser igual, mas a forma que se idealiza de se chegar ao objetivo não é igual. Relativamente a essa situação, uma coisa é um orçamento, outra coisa é as contas de gerência de um determinado ano. Como disse, se a aritmética estiver correta, se as classificações estiverem bem-feitas e eu deduzo que sim, estão certificadas, através do nosso ROC. Temos um concurso aberto para o gabinete que certifica as contas. Quanto à questão da água, uma questão meramente contabilística, iria pedir à Dra Carla Farinha para esclarecer sobre isso e também sobre a questão da senhora deputada Helena Simões, que falou se caso não for aprovada se põe em causa o saldo e a utilização do saldo. Qualquer dia teremos cento e tal milhões de euros, se não se gastar."-----



Diretora Departamento - Carla Farinha: "Relativamente à questão da despesa das águas, houve determinadas despesas que aquando a elaboração do orçamento ficaram a definir com o saldo da gerência e essa foi uma delas. Quanto à utilização do saldo, é uma questão que nunca ocorreu, de haver votação contra, é uma situação que terei de ver melhor."-----

Presidente da Câmara: "Se isso tiver que acontecer, depois terá que se analisar, e vamos ficar parados, em termos de pagamentos durante uma série de tempo."-----

Presidente da Assembleia: "Adiantando alguma resposta, obviamente que o documento que estamos a votar é o documento da Prestação de Contas, onde está a inclusão da proposta de aplicação dos resultados. Isto é um documento único, se chumbar a Prestação de Contas, os resultados não existem. Não existindo, não poderão ser aplicados. Isto é fácil, é um balanço, é o equivalente a um balanço numa sociedade, os resultados ou são transitados ou vão para a conta de gerência e aqui é a aplicação dos resultados, tal como proposto. Se não for possível, se não for aprovado não se aplicam os resultados como proposto. Até porque de outra forma, se tivéssemos aqui a fazer de outra forma, estaríamos a violar a primeira regra, que era a aprovação das contas. Aprovando-se as contas, nós aplicamos o resultado e não se aprovando as contas não se aplica o resultado, porque não há resultado. Se não há contas aprovadas não há resultado."-----

Presidente da Câmara: "Havendo uma reprovação das contas significa que alguma coisa está mal feita nas contas. Não encontrando nada mal feito nas contas, como é que um dia qualquer se tem as contas aprovadas? Então no limite, e seguindo esta perspetiva e esta forma de pensamento, nunca estarão as contas aprovadas. Não sei sinceramente, o que é que acontece."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

#### **VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: oito (08) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Raquel Reis, Maria Emília Sousa, Leonardo Paço e Roberto Raposo. -----

Abstenções: seis (06) Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Vera Belchior, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: onze (11) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar



Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos oito e nove e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

### PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão - Alteração Modificada das Grandes Opções do Plano 2020-2023; -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

### PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão - Alteração Modificada do Orçamento para o ano de 2020;-----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

**VOTAÇÃO PONTO OITO:**-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro.-----

Abstencões: uma (01) Renato Pimenta. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

**VOTAÇÃO PONTO NOVE:**-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro.-----

Abstencões: uma (01) Renato Pimenta. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----





A proposta foi aprovada por maioria.-----

### PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Vice-Presidente, da autorização de repartição de encargos prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia - Regime Geral - ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1, do artigo 20.º e artigos 112 a 127 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e suas alterações, para "Fornecimento de Formação Certificada em SBV-DAE, para os Operacionais do Programa de Desfibrilhação Automática Externa (PDAE) de Albufeira", pelo preço base de 33.000,00€, isento de IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Adriano Ferrão. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

### PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Vereador Rogério Neto, da autorização de repartição de encargos prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços de Televisão, Internet e Telefone", pelo preço base de 4.200,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----  
Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
 A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Vereador Rogério Neto, da autorização de repartição de encargos prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Aquisição de Serviços de Assistência Técnica e Manutenção do Sistema Kapture", com o preço base de 99.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Na documentação diz e passo a citar, isto conta para o ponto doze e ponto treze, porque a justificação é semelhante. "A empresa é detentora do hardware e software em causa, só ela dispõe de toda a informação necessária para a atualização, manutenção e assistência técnica, razão pela qual não poderá ser outra empresa a apresentar proposta." O executivo acaba por ficar preso a estas empresas. Gostaria de perguntar se já foram procuradas alternativas ou outras soluções, que não levem a que partes importantes de software e hardware do executivo sejam basicamente presas. Esta empresa vai trabalhar permanentemente com o executivo porque é a única que trabalha com isto."-----

Presidente da Câmara: "Isso acontece algumas vezes quando se trata de equipamentos, mas tendo em conta que quem faz isto são os técnicos de informática e depois através de todo o filtro de contratação pública com certeza que é mesmo só esta e só encontraram esta empresa para fornecer este tipo de equipamentos. Portanto, deduzo que não há outra, agora podemos tentar explorar e ver se aparece mais alguma. Não quer dizer que se hoje não há amanhã pode vir a haver. Evidentemente que não são



situações nada agradáveis, porque fica, de alguma forma, preso a uma determinada situação e se aquilo falha, falha tudo. Não é bom para ninguém.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Miguel Pinheiro e Leonardo Paço -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

### PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Vereador Rogério Neto, da autorização de repartição de encargos prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para “Aquisição do Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem (SIGA)”, com o preço base de 23.260,44€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Miguel Pinheiro e Leonardo Paço -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----



O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos catorze e quinze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

### **PONTO CATORZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de encargos prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca MAN e Gruas da Marca Palfinger, Incluindo Serviços de Reparação e Manutenção", até ao limite de 60.000,00€ + IVA; -----

### **PONTO QUINZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de encargos prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para "Fornecimento de Peças e Acessórios para Viaturas da Marca Renault, Incluindo Serviços de Reparação e Manutenção", até ao limite de 79.200,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

### **VOTAÇÃO PONTO CATORZE:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### **VOTAÇÃO PONTO QUINZE:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de



Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1-ª alteração ao Mapa de Pessoal, conforme previsto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

#### VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, no âmbito da alínea q) do nº1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro da proposta de desvio de caminho público, na ilha da madeira, Freguesia da Guia; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Este ponto é um ponto que já veio a esta Assembleia e qua já voltou e temos andado em discussão. De facto, temos verificado os mapas, verificado a nova configuração do referido caminho e depois da análise que fizemos e dos elementos recolhidos, verificamos a existência de uma disputa entre o antigo dono do caminho, que era este caminho público e dos vizinhos por onde agora passa o novo caminho. Tendo em consideração esta disputa e este conflito, entende o grupo



Parlamentar do Partido Socialista abster-se nesta votação. Isto porque, eventualmente, a apreciação, votação e aprovação desta matéria pode conduzir, mais tarde, a que seja devidamente impugnada e portanto, não querendo tomar posição nem de um lado nem do outro, entendemos que caso venha a suceder essa mesma impugnação, serão os tribunais que deverão resolver."-----

Presidente da Assembleia: "Relativamente a esta questão, efetivamente, aqui no ponto cinco, refere que, "não sendo o município de Albufeira parte do litígio não é do conhecimento dos serviços a sua existência, já que a existir se tratará de um litígio entre particulares." No ponto cinco, na página um, faz essa referência, eventualmente a questão do caminho, dessa passagem poderá ter influência no desfecho da eventual ação judicial. O Senhor Diretor que está cá poderá, eventualmente, passar-nos mais informações sobre este assunto."-----

Diretor Departamento - Paulo Batalha: "Infelizmente não posso acrescentar mais do que está aí. A questão é dois marcos que não foi possível confirmar pelos serviços de topografia. Tentamos transpor todo o conhecimento que tínhamos para essa informação."-----

Presidente da Assembleia: "Há aqui, efetivamente, dois marcos, mas o que está aqui em consideração é a alteração de um caminho público, se nós estivermos a votar a alteração do caminho público para a passagem por, segundo o mapa da página sete, numa das curvas que passa por cima do traçado a verde, portanto será isto?"-----

Diretor Departamento - Paulo Batalha: "Acho que o caminho passava no meio do terreno e a proposta seria todo o novo caminho público passaria exclusivamente no terreno desse proprietário que já tinha o ónus do caminho público. Eventualmente, como está duas curvas a noventa graus, esses marcos nesses cantos, dizem que houve alguma ocupação indevida no terreno e essa situação é que está a criar o tal litígio entre os particulares."-----

Presidente da Assembleia: "Daquilo que vejo aqui, basicamente é só uma curva. A outra não passa no terreno, pelo que vejo aqui na demarcação. Seja como for, se tivermos a colocar a passagem do marco por cima do terreno, se tiver vedado nós não podemos depois exequir a deliberação."-----

Diretor Departamento - Paulo Batalha: "Tinha que se alterar a vedação."-----

Francisco Oliveira: "A questão é que de facto, o caminho antigo público passa pelo meio da propriedade do requerente. O requerente, com toda a legitimidade o que pretende



é retirar esse caminho e substituí-lo por um que passasse nas extremas. Mas pelo que nos é dado a entender e até por informações do Senhor Presidente de Junta e de outras pessoas que nos contactaram, é que ao passar por este novo traçado vai, retirar alguma parte do terreno dos vizinhos confinantes. Para além de que, se repararem, o próprio desenho é demonstrativo de como é que se poderá circular por aquele caminho, porque com curvas a noventa graus, é capaz de não ser muito fácil. Foi a forma que o requerente encontrou, de conseguir transferir aquilo que estava no meio da sua propriedade, para a extrema da propriedade. Nesse sentido, e tendo em consideração as reclamações por parte dos vizinhos, alegando não só a inexistência dos marcos, ou que tinham sido retirados, desconhecemos, como também o facto de estar a passar por cima do referido terreno e isto poder eventualmente um conflito entre um particular e portanto, nesse sentido a nossa abstenção."-----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "É exatamente aquilo que o meu colega Francisco disse. Falei com o proprietário do terreno vizinho, realmente o que se passa é que o caminho público atravessa uma quinta e agora a ideia é passar esse caminho para os limites desse terreno. O problema é que, tendo em conta aquelas curvas, esse caminho teve que ocupar uma grande parte do caminho do vizinho. Neste caso, o queixoso, que também já fez uma reclamação à Câmara Municipal de Albufeira, é o maior lesado com tudo isto, porque vai ficar sem uma parte do seu terreno. Daí que temos de ter atenção, por exemplo, como a documentação indica, há dois ou três marcos que estão desaparecidos, que é por onde o caminho está a passar. O caminho já está feito."-----

Presidente da Câmara: "Com essa questão, desse litígio existente, os tribunais assim o decidirão. Evidentemente que há muitas situações desse tipo, tem ocorrido algumas situações ao longo dos anos, pelo menos que eu tenha conhecimento, de situações semelhantes. A questão da vizinhança é uma questão que nos ultrapassa. Dizer que não havendo conhecimento, que é o que a informação diz, que não há conhecimento documental, de que haja esse litígio, embora o possa haver, não sei. É votar em consciência."-----

Presidente da Assembleia: "Há aqui alguma informação que nós não temos, como disse, na página número dois, no ponto cinco há a referência de que não sendo o município parte no litígio, não é do conhecimento destes serviços a sua existência. Mas, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia faz a referência a uma reclamação, portanto



ele conhecerá certamente e pela sua exposição, verifica-se que conhece os intervenientes, pelo menos um, que referiu como o maior lesado, será quem terá feito a tal reclamação à Câmara Municipal, convinha que depois a Assembleia tivesse acesso, também, a essa reclamação, para saber. Eventualmente, a própria Assembleia Municipal, como tem sido hábito, se deslocasse ao local para aferir esta situação e até, quiçá, poder até conferenciar com os dois intervenientes, no sentido de se perceber. Se um é prejudicado, porque aquilo que nós aprovamos passará por cima do terreno dele e não é o requerente, o outro que tem o caminho a passar pelo meio da sua propriedade também é lesado por esse efeito, se podermos, aqui, diminuir o prejuízo de todos sem criar um conflito anda maior, será melhor. Segundo o que depreendo das palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia, nós ao deliberarmos esta proposta estamos a deliberar passar por cima do terreno de um reclamante à Câmara Municipal. Portanto, já não é só uma questão de deliberar, é uma questão de deliberar de acordo com critérios minimamente justos e ponderados."-----

Roberto Raposo: "Sei que aquele caminho já se encontra asfaltado. Quem é que asfaltou o caminho? Uma vez que não está ainda deliberado e já está asfaltado, quem é que asfaltou o caminho?"-----

Presidente da Assembleia: "Eu sou sincero, há aqui demasiada informação que a Assembleia não tem, portanto, já sabemos que o caminho está asfaltado, já sabemos que há uma reclamação por parte de um dos prejudicados, portanto, há informação que se torna, de alguma forma relevante para a Assembleia Municipal, parece-me que a par da deliberação, para que todos estão a par de igualdade, em termos de informação, teremos que solicitar estas informações, senão, estamos sujeitos a deliberar com parte da informação, quando há membros da assembleia que já têm outra muito mais adequada. Vou propor a remoção do ponto, para aferir estas duas informações que nos chegam aqui e para, também, obviamente, sabermos se existe efetivamente um litígio, em termos judiciais. Até para sabermos se o mesmo litígio colide com aquilo que nós possamos ou não aqui deliberar. Porque se não for esse o caso, porque o caminho pode lá estar, mas se não passar por cima do terreno de uma das partes que sai prejudicada, nós não podemos criar um ónus para cima de um terreno que não seja do próprio requerente. Proponho a remoção do ponto, para pedirmos instrução e até depois marcar uma visita para que todos os grupos possam ter a informação e passarmos aos senhores deputados."-----





Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a remoção do ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO DA REMOÇÃO DO PONTO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

#### **PONTO DEZOITO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Execução da Empreitada de Remodelação e Ampliação da Rede de Águas Residuais e Pluviais da Zona Norte de Paderne - Fase 1"; O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

#### **PONTO DEZANOVE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para "Execução da Empreitada de Ampliação do



Reservatório da Mosqueira, Incluindo Conduitas Adutoras de Interligação ao Sistema Existente”;

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia.

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.

**VOTAÇÃO:**

Votos contra: zero (00)

Abstenções: zero (00)

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

#### **PONTO VINTE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea i) do número 1 do artigo 25 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, referente à “Proposta - Exercício do Direito de Preferência sobre o imóvel sito na Rua Vasco Santana - Edifício Vila Magna - Montechoro, Lojas 29, 15, 46, 47, 56, 84, 90, 91, 92, 93, 37, 32, 34, 36, 39, 27, 26, 24 e Direito de Preferência sobre o imóvel sito na Rua Vasco Santana - Edifício Vila Magna - Montechoro, inscrito na matriz predial com o n.º 8-Fracção A”, pelo valor total de 1.767.600,00€;

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia.

Tomaram o uso da palavra os membros:

Francisco Oliveira: “Relativamente a este ponto, há talvez aqui alguma confusão, ou a documentação não transmite aquilo que eventualmente poderia estar a pensar. Há aqui uma proposta de exercício do direito de preferência sobre o imóvel. Para haver um direito de preferência, naturalmente tem de haver um acordo entre um adquirente, entre um vendedor, para que a Câmara Municipal possa exercer esse direito de preferência. Depois, pelo meio, numa das primeiras lojas, ou imóveis, dação em pagamento. A questão, para exercer este direito de preferência, em que termos e em que circunstâncias? É que nos parecem muito estranhas, relativamente a isto e a



informação das seiscentas e tantas páginas que nos foram remetidas não transcreve exatamente o que possa estar aqui em causa. Porque não temos o suporte daquilo que é a transação que eventualmente seria feita entre dois particulares, ou entre duas empresas, para que a Câmara possa vir exercer o seu direito de preferência, primeira questão. Segunda questão, relativamente aos valores que estão em causa, presumo que seja este montante, embora só fale aqui do valor da matriz predial, um milhão setecentos e sessenta e sete mil e seiscentos, e que seja este valor que seja pago. Considerando, não só os antecedentes que já falamos inicialmente, sobre uma questão que está neste momento a ser envolvida pela Câmara Municipal, como também o momento em que vivemos, portanto, estamos a viver, já não em dois mil e dezanove mas em dois mil e vinte, parece-me que se calhar não é o momento ideal para se adquirir mobiliário, quando há outras necessidades bem mais prementes que agora se vão avizinhar, infelizmente, face ao Covid. Portanto, gostaríamos de ouvir as informações e os esclarecimentos que o senhor Presidente aqui possa dar, mas a nossa posição é uma posição de entender que não é o momento ideal para se fazer aquisição com valores tão elevados."-----

Presidente da Câmara: "A questão do envio para a Câmara sobre estas questões de opção de compra, foi baseado nos valores que estão inseridos em cada fração, que são muito abaixo do valor tributável, o valor patrimonial dessa mesma fração. A soma de todas as frações que estão agora, um milhão setecentos e sessenta e sete mil, os valores tributáveis são três milhões novecentos e trinta e nove setenta euros e trinta e um cêntimos, portanto, há aqui um diferencial enorme, e atendendo às circunstâncias que temos, seria vários espaços que poderão ser utilizados pelas associações, nas suas sedes, poderá ser feito ali uma loja do cidadão, para tentar, de alguma forma revitalizar a zona do Montechoro, que está, como sabem, tem sido abandonada ao longo destes anos. Quando lá fui visitar, com alguns técnicos da Câmara e com os membros do executivo, verificamos que, realmente, as condições do prédio não eram aquelas que se poderiam pensar, o prédio foi recuperado, está bem enquadrado aparentemente. Portanto, pareceu-nos, nesta altura, uma boa aquisição. Atendendo ao momento que temos, não será, com certeza, nada mais barato a aparecer, porque se a Câmara Municipal, ainda há pouco falamos numa associação que teve de deixar de desenvolver o seu trabalho porque não tem espaço, não quer dizer que não os haja. Por exemplo, aqui um dele poderia perfeitamente ser para eles, o que é junto à receção. Quanto ao



direito de preferência, é uma questão que me ultrapassa, foi mandado para a Câmara, precisamente, para exercer ou não esse direito de preferência, assim como tantas outras coisas, que vêm e algumas delas, evidentemente que se recusa, não podemos estar constantemente a adquirir frações, parcelas ou imóveis, sejam eles rústicos ou urbanos."-----

Presidente da Assembleia: "Só para esclarecer, com o volumar da informação, talvez tenha passado ao lado, mas isto trata-se de uma obrigação legal do vendedor, de informar o município, quando há uma alienação. Aqui temos, não obstante de aqui vir o valor global, se verificarem, por exemplo, na sexta página, tem o impresso do gabinete de apoio ao município, que diz no terceiro quadro, em baixo, "condições de venda, dezasseis mil e seiscentos euros", é a fração AG e diz "dação em pagamento entre a sociedade Vila Magna e uma sociedade Finurba Técnica Financeira, Lda., pelo valor de quinze mil e seiscentos euros". Como é uma alienação o município tem direito de preferência, portanto, está referente a cada uma das frações, essa mesma indicação. Será este o negócio que está na base entre as duas empresas."-----

Francisco Oliveira: "A questão é essa, de facto, nós verificamos aqui uma dação em pagamento, mas depois relativamente às outras não entendemos quem compra e quem vende, pelos valores que estão em causa. O senhor Presidente falou que, eventualmente, os números serão abaixo daqueles números de mercado, ou da própria avaliação, mas também todos nós sabemos as condições em que os próprios edifícios e o estacionamento e toda aquela zona se encontra, porque tem estado ao abandono durante uma série de anos, portanto, presumo, também não fiz vistoria, que sejam necessárias reparações. Mas o que entendemos, de facto, é esta forma estranha como este negócio é proposto, tendo em consideração o seguinte, é que a legislação relativamente ao direito de preferência, no caso dos municípios refere que o município deve fazer uma lista, ou uma definição, quer dos imóveis que pretende adquirir, ou que acha que são de interesse municipal, ou ainda de áreas ou de zonas que eventualmente pretende reabilitar e para os quais haja necessidade, efetivamente, de fazer esse mesmo exercício do direito de preferência. E não se verifica, ou pelo menos, não tenho conhecimento, que a Câmara Municipal tenha feito essa listagem, ou essa definição, das áreas que no município possam estar sujeitas ao exercício do direito de preferência. Todas estas situações, me levam a que o processo, apesar de ser



volumoso, não contém, quanto a nós, aquilo que são os procedimentos legais e que eventualmente possam levar ao exercício do direito de preferência."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Em termos do edifício acho que poderá até ser uma boa aquisição. Mas nestes últimos tempos, pelo menos aqui nas últimas assembleias, compramos o parque de estacionamento de Olhos de Água, freguesia de Albufeira e Olhos de Água, compramos ali na zona dos Ciprestes, freguesia de Albufeira e Olhos de Água, compramos o tal, que ainda há bocadinho foi falado, o prédio no MFA, Albufeira e Olhos de Água. Estamos a falar de milhões. E agora vou pegar numas palavras que foram ditas aqui há uns meses atrás, que diziam que havia uma freguesia que fazia parte do concelho, e agora eu digo, as Ferreiras também faz parte do concelho, precisamos de investimento lá, temos vários projetos, entregues na Câmara, de aquisição de terrenos, aquisição de edifícios que são cruciais para o desenvolvimento da freguesia e estamos só a investir numa freguesia. Não tenho nada contra, até acho bem os investimentos, mas Ferreiras também faz parte do nosso concelho."-----

Adriano Ferrão: "O que também está aqui em causa e eu não partilho da filosofia do nosso membro Francisco Oliveira, sobre este tipo de negócios ou sobre uma listagem prévia daquilo que é necessário. Enfim, quando é possível é possível, poucas vezes aparecem casos como este, que são uma oportunidade. É uma oportunidade que vem ao encontro do anseio de muitas associações. Este concelho tem imensos pedidos, eu conheço alguns deles, no sentido de associações que querem ter um espaço próprio, onde ter a sua sede, ou a sua área de convívio e não o têm. Por isso, aqui surge uma oportunidade, é uma oportunidade, com um preço bastante acessível e que parece que assim se dava resposta aos anseios dessas associações. A loja do cidadão ainda acho uma mais-valia superior. Já que nós quando queremos ir a uma loja do cidadão temos de nos deslocar uns quilómetros, para resolver problemas que numa loja de cidadão se resolvem com maior eficácia e agilidade. O que me parece também um bom propósito para um conjunto de frações que estão aqui discriminadas e que me parecem substancialmente capazes de responder áquilo que também são necessidades que vêm a ser, porque nem sempre vamos estar em Covid, isto vai voltar à vida normal, com certeza e nós vamos precisar, outra vez de utilizar espaços e requerer outros espaços. Daí que me pareça que isto é um negócio, que é bom para a Câmara e para os munícipes de Albufeira."-----



Helena Simões: "No âmbito do direito de preferência efetivamente existem municípios que definem zonas onde pretendem exercer o direito de preferência. Normalmente são zonas rurais, turísticas, as zonas baixas, as zonas mais antigas. No entanto, existem notários ou "casa pronta" que se recusam, categoricamente, a fazer qualquer escritura se não houver uma pronúncia de não preferência do município, seja essa pronúncia pedida diretamente via "casa pronta" ou seja essa pronúncia pedida, como muitas das vezes vai a sessão de Câmara, pedida diretamente à Câmara, sendo dado conhecimento que vai haver uma transação comercial. Se estamos aqui a discutir direito de preferência, presumo que essa transação foi dada a conhecer ao município e o município decidiu exercê-la e daí o porquê de a trazer aqui. Isto para responder ao colega, neste sentido, pelo menos é praxe e é aquilo que acontece diariamente, no âmbito do imobiliário em Albufeira."-----

Presidente da Assembleia: "Estive a ver com atenção este processo e estive a ler as certidões prediais que se junta aqui neste processo, a dação em pagamento, todas as frações estão hipotecadas ao Banco Comercial Português. Portanto, será nessa senda que vem a proposta de dação em pagamento, para a hipoteca e é fácil, isto é uma hipoteca com algum valor. Diz aqui que, o capital varia, mas são quarenta e quatro milhões de euros e no montante máximo segurado cinquenta e um milhões de euros, sujeito ativo Banco Comercial Português, sujeito passivo, neste caso a Finurba e nos outros casos a Vila Magna, para garantia do pagamento pontual das responsabilidades a assumir pelo grupo Bernardino Gomes, até ao limite de quarenta e quatro milhões de euros, provenientes de financiamento sob a forma de empréstimo. Aqui a questão será a dação em pagamento ao banco, e como tal houve a proposta ao município, às vezes possa ter passado em linha, esta informação, mas aqui está esta informação aos senhores membros da Assembleia Municipal."-----

Presidente da Câmara: "Só sei que esta sociedade foi adquirida por uma outra, mas isso acho que não altera nada, a sociedade Vila Magna. Não tenho mais nada a acrescentar, para além daquilo que já disse."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: doze (12) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Raquel Reis, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Leonardo Paço, Roberto



Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstenções: duas (02) Renato Pimenta e Vera Belchior. -----

Votos a favor: onze (11) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi **reprovada** por unanimidade.-----

### PONTO VINTE E UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de repartição de despesa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Proposta Relacionada com o Projeto " Via Algarviana" - Pelos Caminhos do Património - da Associação Almargem - Aviso 004/INLOCO/10216/2020 do PDR 2020; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO**:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

### PONTO VINTE E DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea h) do número 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta do "Plano de Pormenor do Roja-Pé Sul, para os fins previstos no n.º 1 do artigo 90.º do RJIGT" - RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Dec. Lei n. 80/2015, de 14 de Maio; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: "Gostava de perguntar ao senhor Presidente da Câmara o porquê de vir agora esta alteração ao Plano de Pormenor, quando já poderia ter vindo antes, para resolver esta situação do Roja Pé, ou se estou enganado."-----

Presidente da Câmara: "O objetivo é mesmo para resolver o problema do Roja Pé. No entanto o arquiteto Eduardo, poderá esclarecer tecnicamente esse assunto."-----

Diretor Departamento - Eduardo Viegas: "A questão que está em causa é a aprovação do Plano Pormenor do Roja Pé. O plano não existe, é um plano novo e está a ser elaborado exatamente para resolver a situação naquele local. Não tenho muito mais a acrescentar a esta situação."-----

Renato Pimenta: "A minha pergunta é porquê agora e não antes? Porquê que já não foi feito isso antes?"-----

Presidente da Câmara: "Em termos temporais, de prazos, teve de ser agora. Foi a saída que se encontrou para resolver o problema. Tem decorrido as etapas todas da aprovação ou execução do Plano Pormenor, que não existia. Isto começou já há algum tempo."-----

Diretor Departamento - Eduardo Viegas: "Sobre a questão temporal posso acrescentar que este assunto foi tratado em coordenação com os gabinetes de advogados que estão a acompanhar esta situação. Os tempos de espera e os tempos de avanço foram nesse tipo de coordenação."-----

Presidente da Assembleia: "Só acrescentar que sendo um Plano de Pormenor, tem que se obter os pareceres de diversas entidades, nomeadamente a CCDR. Para se chegar a este ponto teve que se aprumar uma série de entidades públicas, portanto só agora é que vem o Plano de Pormenor, presumo eu, porque é a altura em que ele está concluído."-----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Peço desculpa, mas vou fugir um pouco ao ponto. Posso colocar uma questão ao arquiteto Eduardo? Em relação à casa que também tem uma ordem de demolição, na freguesia da Guia, também podemos resolver por este molde?"-----

Diretor Departamento - Eduardo Viegas: "São situações totalmente diferentes. Um Plano Pormenor para uma casa não será o procedimento mais adequado, mas do ponto de vista técnico podem ser analisadas várias situações. Não quero aqui nem abrir nem





fechar portas, obviamente que tem de ser uma alteração no âmbito do Planeamento. Mas pode ser qualquer uma, pode ser PDM, pode ser um PU, pode ser um PP.”-----

Presidente da Câmara: “Relativamente a essa questão, estou muito interessado em que isso se resolva, como é óbvio, desde o princípio. Falei várias vezes com o advogado que está a tratar desse assunto, que é o mesmo que está a tratar do Roja Pé, e evidentemente que o problema está em tratamento. São situações que não são nada rápidas, nada céleres, são altamente morosas. Pode ser uma das saídas também pode ser a mesma coisa, não especificou necessariamente que isso acontecesse. Mas isso é aqui garantido, que não está nada esquecido. Neste processo, qualquer um deles, não fosse encarar esta situação, ainda não se sabe se vão ser demolidos ou se não vão ser demolidos, isto ainda não chegou ao fim, nem um nem outro. E esta questão do Plano Pormenor do Roja Pé já anda assim há dois anos, e estava mesmo em vias de ser demolido. Até fiz uma reunião nesta sala com todos aqueles que quiseram vir, nem todos vieram, mas ainda vieram alguns, todos aqueles proprietários cujas frações iam ser demolidas. Como sabem é um prédio na totalidade e um último piso de um outro no mesmo loteamento. Essa pergunta é uma pergunta fazível, e pode perfeitamente se enquadrar nesta situação, não necessariamente na mesma saída, para problemas que são diferentes, segundo o que o advogado disse. Está a estudar isso e provavelmente na próxima semana já poderei ter uma reunião com ele. Estou a perspetivar isso para tentar saber o que é que vai acontecer, tendo em conta a perspetiva dele, obviamente.” Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

#### **VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Miguel Pinheiro -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Raquel Reis, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----



## PONTO VINTE E TRÊS

Apreciação e deliberação da recomendação apresentada pelo BE, intitulada "Acesso a produtos de higiene íntima feminina nas escolas do concelho de Albufeira";

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Isto já tinha sido entregue em Março, mas por vias de um certo bicharoco só está aqui hoje. Em dois mil e nove aprovou-se na Assembleia da República uma lei que tornava os preservativos gratuitos nas escolas. Portanto, achamos que junto a isso deveria ter sido concedido também a distribuição de produtos de higiene íntima feminina nas escolas, visto que esses produtos ao serem entregues gratuitamente às alunas do município de Albufeira equilibram a balança entre géneros. Já que, como todos sabem, a menstruação não é uma opção. Em Portugal já foi reduzido para seis por cento o IVA de produtos de higiene íntima feminina, incluindo copos menstruais. Hoje, na situação em que estamos ainda é mais importante, visto que com a crise que vai seguir esta pandemia, vai haver uma realidade económica muito diferente nas famílias em Albufeira. Deve-se então, tornar disponíveis esses produtos a todas as alunas do concelho de Albufeira. A recomendação indica que, se inicie um programa de distribuição gratuita de caixas de pensos higiénicos e tampões, que chegue a todas as alunas das escolas básicas EB2,3 e secundárias do concelho e que a medida seja promovida junto dos jovens do concelho."-----

Ana Cristina Pinto: "Eu queria dizer que de um modo geral, nas escolas já há muito tempo que esses artigos de higiene feminina são disponibilizados, nomeadamente os pensos higiénicos. É bom que as pessoas saibam, que jovens se dirigem, numas escolas às funcionárias, noutras escolas à papelaria. Há até uma escola onde há uma caixa com tampões e pensos higiénicos, quando há necessidade as jovens retiram e no dia seguinte repõem. O que me parece que é uma atitude muito correta. É a situação em vez de se dar o peixe dá-se a cana para pescar, que funciona ao fim ao cabo também como um exercício de cidadania. Porque a jovem tem depois a noção que no dia seguinte repõe e será utilizado por outra. Por outro lado, esta recomendação não indica a forma como. Se pensarmos na colocação de dispensadores, vai levar a que possam tirar indiscriminadamente, utilizem como fazem com os dispensadores de sabão e gel, que se coloca lá e dez minutos depois já não está nada, está tudo espalhado, que coloquem nas



sanitas e que provoca entupimentos. Portanto, não está clara a forma como se vai executar esta situação. Eu penso que seria um bocado, até injusto, estarmos a assumir que isto não existe, não é verdade, porque existe. Portanto, nesse sentido, para mim não faria sentido estar a recomendar uma coisa que já existe. Assim irei abster-me na votação."-----

Miguel Pinheiro: "Acho que é importante esclarecer a deputada que um sistema de tira um pão outro não é um sistema que equilibre economicamente as alunas do concelho. É esse o ponto que quero transparecer nesta recomendação. Em segundo lugar, é uma recomendação, acho que não cabe ao Bloco de Esquerda propor a melhor maneira de fazer essa distribuição, caberá sim à Câmara Municipal de Albufeira, às escolas. Acredito que existam várias opções para fazer essa entrega de uma maneira eficaz, através da biblioteca, uma receção. Acho que esse não é um problema que faça comichão nesta questão."-----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta questão, estes produtos que são necessários e que são hoje imprescindíveis, se calhar há uns anos não o eram, ou as pessoas não utilizavam, digo isto por uma razão muito simples, porque nem todas as famílias muitas vezes têm capacidade e têm disponibilidade e nós infelizmente, com esta situação do Covid começamos a ver, infelizmente a miséria que vai ser grande por aí e neste caso concreto, para o futuro será ainda pior. Quando eu digo que não eram utilizadas, porque muitas vezes não havia disponibilidade económica, não era porque efetivamente as pessoas não o quisessem utilizar. Portanto, o que se está aqui a colocar é uma questão de produtos básicos para famílias ou, neste caso, para jovens que estejam na escola e que de facto possam não ter disponibilidade económica ou as famílias não o tenham para os produtos básicos que aqui estão em causa, é só essa a questão. Não coloco isso como uma questão de as pessoas não usarem porque não lhes apetece ou porque não querem, mas porque as condições vão se agravar. Isto é uma mera recomendação, como já disse o deputado do Bloco de Esquerda. Mas a ideia, de facto é dar o que hoje em dia é fundamental para a higiene íntima e para que situações que possam vir a acontecer e que eu acredito que muitas vezes aconteçam porque as dificuldades económicas já são complicadas e vão ser bastante mais complicadas. Seria uma medida de providenciar, como muitas coisas a escola já providencia. A questão de providenciar de forma, eu diria altruísta, mas ser feita de uma forma generalizada e com regras e essa seria, realmente a melhor forma."-----



Presidente da Assembleia: "Tomaríamos aqui a palavra do antigo ministro, já falecido, Sousa Franco, quando referiu que todas as famílias tinham telemóveis, como todas tinham mais do que um telemóvel tinham direito a ter tudo. E hoje já vimos que infelizmente também pode não ser assim. Temos uma proposta de recomendação, não só quanto ao fim, mas também quanto ao meio, portanto há aqui uma dualidade da deliberação, que recomenda, não só a forma como se deve providenciar, como também o que se deve providenciar. Isto só para esclarecer, para ser mais fácil a interpretação da própria recomendação."-----

Adriano Ferrão: "As escolas, algumas dependem diretamente do Ministério, outras têm uma dependência mais municipal, por isso, neste sentido, esta recomendação, já foi colocada no Parlamento da República, já terá sido colocada ao próprio Ministério para que coloque nas escolas secundárias, nas básicas, onde as senhoras já começaram a ter a sua menstruação, não vamos meter isto nas escolas do básico do primeiro ciclo ou do segundo, onde isso ainda não acontece, ou está prestes para acontecer. A primeira pergunta é se o Bloco já fez isto em sede do Poder Central, ou seja na Assembleia da República?"-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

#### **VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: doze (12) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Votos a favor: treze (13) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Raquel Reis, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 21:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e

aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 14 de Maio de 2020 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A SEGUNDA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

